

UM PANORAMA SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS FAMILIARES

LUIZA MEIRELLES¹; ISABELLA MOZZILLO²

¹Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês da Universidade Federal de Pelotas, bolsista PROBIC/CNPq – luizadotrm@gmail.com

²Professora Titular do Centro de Letras e Comunicação da UFPEl, orientadora do trabalho – isabellamozzillo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Língua, identidade e cultura estão ligadas intrinsicamente. É por meio da língua que o indivíduo desempenha seu papel na sociedade, relaciona-se com os demais e torna-se um ser social, político e ideológico (COELHO; MESQUITA, 2013). Dentro dessa sociedade há então uma comunidade de fala, isto é, indivíduos que compartilham uma rede de comunicação linguística e essa comunidade pode ser composta por um grupo de pessoas de proporções maiores, como uma região ou nação, até proporções menores, como uma vizinhança ou uma família (SPOLSKY, 2016).

Essa relação tríplice (língua, identidade e cultura) está ligada, ainda, às políticas linguísticas, campo de estudo que examina as maneiras pelas quais a língua é regulamentada, gerenciada e promovida por governos, instituições e outros atores sociais (CALVET, 2007). Em contextos menores, como mencionado, estão os de bases familiares, nelas encontram-se as “Políticas Linguísticas Familiares”, objeto de estudo deste trabalho.

O objetivo, por tanto, é discutir de forma ampla e didática as Políticas Linguísticas Familiares, visando uma melhor compreensão desse assunto pouco explorado durante a graduação e, também, utilizar este projeto como base para uma pesquisa mais aprofundada sobre Políticas Linguísticas Familiares e Biografias Linguísticas.

2. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, por se tratar de uma revisão bibliográfica, foram avaliadas quais seriam as principais fontes para a análise de artigos, livros e afins. Nessa busca, foram utilizados sites como Google Acadêmico, Scielo, assim como o acervo bibliográfico da orientadora, a fim de recolher e analisar informações relevantes para o estudo e a discussão do tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas linguísticas podem ser definidas como estratégias e medidas adotadas por governos e instituições para regular e promover o uso de uma língua ou línguas em uma determinada sociedade (SCHOFFEN; MARTINS, 2016). De acordo com Calvet (2002), elas envolvem decisões e ações conscientes relacionadas aos usos e status das línguas dentro da sociedade, incluindo questões como ensino de línguas, direitos linguísticos, promoção de línguas minoritárias, entre outras. De maneira ampliada, o Estado é o ator nas definições e

implementações dessas políticas, porém, em escala menor, as famílias também podem elaborar suas próprias políticas linguísticas dentro do âmbito familiar.

Mozzillo e Spinassé (2020) delimitam que as políticas linguísticas familiares são as decisões e as práticas que as famílias utilizam em relação ao uso e à aprendizagem de línguas dentro de casa. Ou seja, são essas políticas que determinam a escolha de ensinar ou não a língua minoritária aos filhos, quais seriam as línguas faladas, as situações nas quais elas seriam utilizadas e com quais membros das famílias. As autoras também afirmam que tais políticas linguísticas podem ser influenciadas por fatores como a identidade cultural, a história familiar, a pressão social e as crenças sobre as línguas e sua importância.

Em razão desses fatores, há diversos mitos associados sobre ser ou não plurilíngue. Conforme Altenhofen (2004), dentre alguns dos mais comuns estão: o mito nacionalista; a crença de que aprender outra língua traz problemas na aprendizagem da língua local, no caso do Brasil, o português; e “o bilingue não sabe nem uma nem outra língua”. Tais mitos se baseiam em ideais de que uma língua pode ser mais importante ou autêntica do que outra, além da tentativa de minimizar a proficiência dos falantes nas suas línguas, o que pode levar a um preconceito linguístico.

Visto que uma família plurilíngue é aquela em que mais de uma língua é falada em casa (ALTENHOFEN, 2004), essas são questões importantes na hora de passar ou não uma língua para a próxima geração, como já mencionado. Essa escolha é uma decisão política e a maneira como cada família lida com o plurilinguismo, sobretudo quando decidem que os filhos serão bilingues difere. Por exemplo, os pais podem falar uma língua dentro de casa e outra fora de casa. Nesse caso, a alternância é vista como um princípio didático para a aprendizagem simultânea de ambas as línguas.

A realidade é que o plurilinguismo é bastante comum em muitas partes do mundo. Oliveira (2000) relata que o Brasil está entre os países mais plurilíngues do mundo. Em outras palavras, é um país com uma grande diversidade linguística, porém o ideal de país monolíngue pode levar a outras percepções e equívocos em relação às línguas minoritárias e/ou não prestigiadas, afetando também a maneira como as famílias lidam com essas questões dentro de casa.

4. CONCLUSÕES

Como mencionado na introdução deste trabalho, ele será utilizado como base para uma pesquisa mais aprofundada sobre Políticas Linguísticas Familiares e Biografias Linguísticas, portanto não há conclusões a serem feitas sobre o assunto no momento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTENHOFEN, C. V. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt, n. 1(3), p. 83-93, 2004.

CALVET, L.-J. **As Políticas Linguísticas**. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola. 2007.

COELHO, L. P.; MESQUITA, D. P. C. LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE: CONCEITOS INTRÍNSECOS E INTERDEPENDENTES. **EntreLetras**, Araguaína/TO. [S. l.], v. 4, n. 1, 2014. Acessado em 30 ago. 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/975>.

MOZZILLO, I.; SPINASSÉ, K. P. Políticas linguísticas familiares em contexto de línguas minoritárias. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 23, n. 4, p. 1297-1316, 6 nov. 2020.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: Monolinguíssimo e Preconceito Linguístico. In: MOURA e SILVA (orgs.). **O direito à fala**: A questão do preconceito linguístico. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2000.

SCHOFFEN, J. R.; MARTINS, A. F. Políticas linguísticas e definição de parâmetros para o ensino de português como língua adicional: perspectivas portuguesa e brasileira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016.

SPOLSKY, B. **PARA UMA TEORIA DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**. 2016. Acessado em 30 ago. 2023. Disponível em: <http://revel.inf.br/files/f69d74cdefbd9c6efb801010f2ac8b13.pdf>